Capítulo XII

Da “plantation” à agricultura capitalista

Otávio Guilherme Velho

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

VELHO, OG. *Capitalismo autoritário e campesinato*: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. Nacionalismo e cosmopolitismo. pp. 164-181. ISBN: 978-85-99662-92-2. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

Capítulo XII

Da “plantation” à agricultura capitalista

O Nordeste, outrora a parte mais rica do Brasil colonial, aos poucos transformou-se numa região empobrecida e crítica. Neste capítulo tentaremos indicar como as estruturas que se formaram nesta região e a sua história estão conectadas ao desenvolvimento do capitalismo autoritário no Brasil. Ao fazê-lo, buscaremos também acentuar a importância de se levar em conta as mudanças recentes na região que têm provocado, por um lado o aparecimento de um campesinato e, por outro, um movimento na direção da região amazônica. Ambos esses traços, do ponto de vista que escolhemos, são básicos para a compreensão das possibilidades abertas para o capitalismo autoritário no Brasil, seu significado e consequências.

O Nordeste

Já mencionamos a decadência secular da *plantation* nordestina a partir da segunda metade do século XVII. Como diz Hobsbawm (1969: 52) a *plantation* brasileira “antecipou o padrão colonial posterior”. No caso do seu núcleo principal no Nordeste, no entanto, com o tempo o aparecimento de competidores externos (nas Antilhas) e internos (no Rio de Janeiro e São Paulo), como frequentemente ocorre com os precursores, levou a sua gradual estagnação. O sistema de *plantation*, no entanto, mostrou-se extremamente resistente, e a decadência não deve ser tomada em termos demasiadamente literais. Tratou-se de uma tendência a longo prazo. Houve expansões cíclicas e regionalmente a *plantation* nordestina continuou a dominar. O Nordeste como um todo, no entanto, tendeu a perder o seu peso político e econômico em favor do Centro-Sul, particularmente após o início das atividades mineradoras em Minas Gerais e a transferência da capital de Salvador para o Rio de Janeiro.

De certa forma essa expansão e redução cíclicas de suas atividades principais estimularam alguns dos traços característicos da *plantation*. Um desses parece ter sido a criação de um trabalhador típico – o *morador* – que possuía o seu próprio lote de subsistência para o qual se retirava sempre que não fosse necessitado nas principais atividades da *plantation*, seja em vista de suas depressões cíclicas ou simplesmente em face do ciclo agrícola

anual. O *morador*, juridicamente, poderia ou não ser um escravo e continuou presente após a abolição da escravatura (Palmeira, 1969). De qualquer maneira, tratava-se ainda de uma força de trabalho reprimida, imobilizada, e a ênfase nas relações hierárquicas diretas dentro da *plantation* agia como um detergente contra coalizões horizontais do tipo camponês¹.

Essa decadência secular, no entanto, estimulou a formação de uma população que embora ainda vinculada ao sistema dominante da *plantation*, fisicamente colocava-se mais para o interior: seja em atividades de pequena agricultura, seja na criação de gado. Essas atividades, em muitos casos, através de migrações sazonais, serviam como uma espécie de depósito de mão-de-obra para a *plantation*. Em alguns casos houve também o desenvolvimento de *plantations* de algodão, que se tornaram mais importantes em certos momentos de crise da *plantation* norte-americana.

Essa criação de subsistemas ligados à *plantation* já indicava de certa forma os limites da própria *plantation* no que diz respeito à absorção da população, aos poucos vindo a surgir o que poderia ser considerado uma “população excedente” em relação à qual a possibilidade e a necessidade de manter alguma forma de imobilização tornava-se cada vez menor. Isso não significa dizer que a repressão fosse levantada no que diz respeito à força de trabalho efetivamente necessária para a *plantation*, embora provavelmente afetasse mesmo para essa força de trabalho as maneiras pelas quais se dava a imobilização. Haveria, no entanto, um escoamento gradativo de uma parte dessa população “excedente”. Já no século XVIII o desenvolvimento da mineração levou a uma primeira emigração. Juntamente com a criação e desenvolvimento dos subsistemas subordinados, é provável que a “marginalidade” também tendesse a crescer – na agricultura e na criação, “marginalidade” devendo ser entendida do ponto de vista do sistema dominante e não de uma retirada absoluta de qualquer sistema de trocas.

Foi no entanto a partir aproximadamente de meados do século XIX que a migração de uma força de trabalho excedente tornou-se um traço mais

¹ Seria interessante especular até que ponto o fato de o escravo ser também morador, embora por razões econômicas bem concretas, não estará por detrás do mito do “bom senhor de escravos”. Gilberto Freyre endossou esse mito em seus trabalhos, o qual tornou-se parte de uma ideologia autoritária de harmonia racial que C. Ricardo também expressa e que parece ser uma parte importante da identidade nacional brasileira.

regular do sistema. A julgar por tempos mais recentes, é possível que essa migração nem sempre fosse definitiva e pode ter servido em certos casos como um expediente para a manutenção da unidade familiar através de uma redução temporária do consumo quando escasseavam as possibilidades de aplicação da força de trabalho familiar (Palmeira e outros, 1972). Mas em outros casos, sobretudo devido às dificuldades de comunicação, a migração era certamente mais definitiva.

Secas periódicas combinaram-se com razões mais estritamente sociais para aumentar a migração. Embora a classe dominante sempre tendesse a ser contra qualquer transferência em massa de população, as grandes secas ajudavam a quebrar essa resistência, pois em tais casos a migração por vezes tornava-se um “mal menor”, em face do potencial explosivo da situação.

Tal foi o caso, por exemplo, da seca de 1877-79, que praticamente inaugurou a transferência *em massa* de nordestinos para a Amazônia. Centenas de milhares de pessoas morreram, mas muitas outras alcançaram a costa, concentrando-se nas cidades e ameaçando desorganizar a vida social. A sua colocação em navios e envio para a Amazônia, onde estava em crescendo a atividade extrativa da borracha exigindo grande quantidade de mão-de-obra, era assim um passo praticamente inevitável.

Ao mesmo tempo, no entanto, muitos foram ficando nas cidades. Com o tempo essa tendência se acentuaria, juntamente com a migração mais longa para as cidades e *plantations* cafeeiras do Centro-Sul.

Essas ocorrências não constituíram um golpe de morte para a *plantation* nordestina, sobretudo porque parece ter sido mais atingida nos seus subsistemas subordinados. O tipo social do *morador* sobreviveu e se desenvolveu. No entanto, tudo isso tendeu a diminuir até certo ponto seu “exército agrícola de reserva”.

Outro importante efeito da seca foi a de expor a incapacidade do sistema em absorver a sua “população excedente”, levando assim o governo a fazer o seu aparecimento como um *agente social direto aos níveis local e regional*.

Albert Hirschman (1963) mostrou claramente a relação entre as secas e a interferência governamental. Embora ele explicitamente afirme que essa situação não se encaixa facilmente na teoria de Wittfogel (1957) da

sociedade hidráulica (que obviamente se relaciona com o “modo de produção asiático” de Marx), algumas analogias interessantes podem ser encontradas.

Segundo Hirschman (1963: 16), poder-se-ia ser tentado a juntar tanto a agricultura baseada nas chuvas quanto na irrigação numa única categoria:

(...) denotando uma agricultura que se processa sob condições climáticas comparativamente certas seja de precipitações suficientes ou insuficientes, opondo-a a uma “agricultura incerta” do tipo encontrado no Nordeste (...) Se o desastre se apresenta, ele (o nordestino) espera que o governo intervenha. Mas de fato a ação do governo é moldada pela mesma situação básica que torna o exercício da prospecção difícil ou impossível para o indivíduo: a ação do governo, como veremos, tem demonstrado um caráter espasmódico quase que copiando o comportamento caprichoso da natureza.

Essa primeira categoria de condições climáticas comparativamente certas, no entanto, parece ser extremamente abstrata, pois cada um dos seus casos (precipitações suficientes ou insuficientes), liga-se a consequências sociais muito diferentes, ou mesmo opostas. Hirschman está certamente correto quando diz que a ação governamental no Nordeste tendia a demonstrar um “caráter espasmódico”. Todavia, deve ser dito que ainda assim representava uma ruptura com a dominação completa daquilo que Duarte (1966) denominou a “ordem privada”. Por outro lado, como veremos, com o tempo – e em face de outros desenvolvimentos – a ação do governo tendeu a ser mais sistemática e permanente.

Já mencionamos na primeira parte deste trabalho que para nós o “modo de produção asiático” de Marx não pareceria se referir exclusivamente a um modo de produção, mas a um certo modo de articulação entre o político e o econômico caracterizado por uma dominância extrema do político, o que transparece nas discussões políticas russas do começo do século em torno do “asiatismo”. Apenas diríamos que no caso do Nordeste (e não apenas devido às secas), embora a dominação do Estado que tendeu a se afirmar não fosse tão absoluta, ainda assim representava uma tendência importante. Absolutamente não identificaríamos isso com o “modo de produção asiático”. De fato as complexas relações entre o governo e a poderosa “ordem privada” parecem ser um dos traços fundamentais do sistema, e essa coexistência de diferentes *loci* de poder está muito longe do conceito de um “modo de

produção asiático”. Todavia, poderia ser considerada como parte da supracategoria de modos de articulação caracterizados pela dominância do político.

Na verdade mesmo antes da interferência direta do governo central o sistema já se caracterizava pela dominância do político, de tal forma que se poderia especular sobre a possibilidade de reformulação da própria noção de Estado. A dominância do político no sistema envolvente não é incompatível com a dominação “regional” da “ordem privada”, especialmente porque a “ordem privada” ela mesma baseava-se na repressão da força de trabalho e numa dominância política básica. A interferência governamental no interior do Nordeste, no entanto, era certamente um desenvolvimento consistente da dominância do político devido a crises específicas no sistema da qual as secas eram simplesmente um fator agravante e revelador. Era como se o *locus* da dominância do político, que estava colocado na “ordem privada”, tivesse que ser parcialmente transferido para a esfera do governo central. Essa tendência regional, que não prosseguiu sem tensões, era consistente com a composição nacional de “transição” entre o governo central e as oligarquias de que o *coronelismo* e a República Velha formaram o quadro mais claro. No século XVIII e começo do XIX o poder regional estava concentrado nas mãos de alguns *potentados* que agiam quase como se fossem chefes de Estado. O coronelismo posterior já era uma estrutura mais fragmentada e complexa que implicava entrar em compromissos e mesmo buscar apoio no governo central. Isso tornou-se uma realidade crescente durante o Império e foi mais tarde típico da República Velha.

A interferência governamental a partir da década de 1870, conseqüentemente, não inaugurou a dominância do político. Todavia, representou de fato os primeiros sinais de uma transferência gradual do seu *locus* principal. Não era – como já tem sido considerado – simplesmente uma questão de “privado” *versus* “público”; ou mesmo do econômico *versus* o político. A compreensão de que a “ordem privada” e o Estado constituíam *loci* diferentes da dominância autoritária do político parece-nos importante a fim de apreender as suas relações e a lógica do desenvolvimento autoritário. Isso é análogo ao que vimos ser o caso do autoritarismo descentralizado e centralizado na Europa Oriental.

A necessidade de intervenção governamental em face das secas foi um exemplo particular das forças poderosas (internas e externas) que levavam a uma centralização do autoritarismo. A coexistência de diferentes *loci* de poder político representa uma diferença importante (entre outras) em relação à “sociedade hidráulica”, mas compartilha com ela o traço geral da dominância política.

* * *

A ação governamental da década de 1870 à de 1950 tendeu a tomar a forma principalmente de construção de açudes e de estradas. A não ser por alguns casos excepcionais (como a transferência de nordestinos para a coleta da borracha na Amazônia durante a Segunda Guerra Mundial) não havia política oficial de migração de massas. A classe dominante nordestina sempre se opôs tenazmente a uma tal política, em nome da defesa de interesses “regionais”. Obviamente isso não impediu a migração, especialmente com o desenvolvimento da indústria e da construção civil nas grandes cidades do Centro-Sul a partir dos anos 30 e a expansão da *fronteira* em São Paulo e no Paraná. Os migrantes viajavam em condições muito ruins, em geral amontoados em caminhões, mas assim mesmo iam, e em grandes números.

Assim, como um todo a ação governamental durante o período não levou a nenhuma política de transformação da “estrutura agrária”. Repetidamente levou a um reforço da classe dominante: as estradas e açudes que foram construídos eram em geral feitos de maneira a beneficiar os grandes senhores de terra e ao servir como uma fonte de emprego evitava aumentar a emigração e a redução da força de trabalho. A “defesa dos interesses” abstrata de uma região que em si não era mais do que uma realidade física, acabava sendo a defesa dos interesses daqueles que tinham bens imobilizados nessa região, o que na ausência de uma classe de camponeses proprietários se restringia à classe dominante. Por outro lado, os resultados práticos de caráter mais permanente e geral foram pouco significativos: por exemplo, não se desenvolveram projetos de irrigação a fim de por em uso a água armazenada nos açudes.

Todavia, essa “inutilidade” do que era construído tinha um certo efeito keynesiano, criando trabalho para massas de nordestinos em períodos de seca, assim evitando grandes explosões sociais ou uma emigração de

massas intolerável. Ao mesmo tempo, o Estado aparecia como uma espécie de novo e providencial *super-patrão*. Assim, *todas* as classes, de certa forma, pareciam depender cada vez mais dele.

Isso não impediu o Nordeste de contribuir poderosamente para a espécie de “acumulação primitiva” necessária para a industrialização no Centro-Sul. Não só isso ocorria através da transferência de mão-de-obra barata, mas também através dos mecanismos de exportação-importação. Como a moeda nacional era mantida numa taxa “irrealisticamente” baixa (contrariamente às propostas do FMI), o volume em moeda brasileira recebida pela exportação de açúcar era desproporcionalmente baixo, permitindo ao governo acumular moeda estrangeira a baixo custo, a qual era então utilizada para importar equipamento para a indústria no Centro-Sul. O Nordeste, por sua vez, era então forçado a transferir as suas importações do estrangeiro para a nova indústria do Centro-Sul, pagando mais por elas do que o custo dos produtos estrangeiros, caso fosse mantido o livre comércio.

Esses mecanismos, os quais foram todos claramente revelados na obra de Celso Furtado, afetavam diretamente os exportadores e grandes senhores de terra. Indiretamente; todavia, afetavam a toda a população. Podem até ter sido uma das razões pelas quais a taxa de exploração da força de trabalho por sua vez tendia a aumentar. São também certamente uma das razões para haver um sentimento entre os nordestinos de que a região era explorada e negligenciada. Esse sentimento parecia vir basicamente da classe dominante e chegou a haver uma retórica do separatismo. Isso, no entanto, não deve ser tomado literalmente: era utilizada como uma arma política para conseguir concessões do governo federal e como um modo de disfarçar conflitos de classe.

Desenvolvimentos recentes no Nordeste e o seu significado

Em 1958 o Nordeste experimentou mais uma de suas grandes secas. Tipicamente, forçou o governo a agir. Pela primeira vez, todavia, a ação governamental agora adquiriu uma profundidade e extensão que a levou a perder consideravelmente o seu tradicional “caráter espasmódico” e o seu papel de reforço não-transformacional da classe dominante. Levou à criação da SUDENE.

É difícil saber exatamente porque a ação anterior foi substituída precisamente nessa ocasião. Alguns fatos, no entanto, podem ser apontados. Em nossa opinião, uma das explicações possíveis liga-se às mesmas causas que na época estavam levando a uma “transição para o cosmopolitismo”. A industrialização havia chegado a um ponto em que exigia mais capital. Mas exigia também uma tecnologia mais sofisticada e economias de escala. Isso levou a duas consequências principais: uma concentração adicional da indústria no Centro-Sul e uma tecnologia mais intensiva de capital.

Um aspecto da industrialização brasileira frequentemente ignorado é que durante os seus primeiros passos não era tão concentrada regionalmente quanto se tornou mais tarde. As fábricas de tecidos, principalmente, não se confinavam a São Paulo e Rio de Janeiro. Na primeira metade do século o Maranhão, por exemplo, possuiu um dos maiores parques têxteis do país. A transição para o cosmopolitismo coincidiu com um incremento da tendência já existente para a concentração. Muitas fábricas no interior fecharam durante os anos 50 e 60, incapazes de competir com as novas fábricas intensivas de capital. O desenvolvimento combinou-se com um desequilíbrio regional maior e isso levou no Nordeste a: um encolhimento no número de empregos industriais disponível, um golpe severo na renda regional, um golpe na produção de algodão e uma motivação adicional à migração para o Centro-Sul². Um dos fatos por detrás da criação da SUDENE pode ter sido a necessidade de uma contra-medida compensadora que permitisse o prosseguimento da industrialização tal como vinha sendo feito (ou seja, garantindo o essencial no processo), sem ameaçar a “unidade nacional”.

Outra possível explicação é que de meados dos anos 50 em diante as tensões sociais começaram a adquirir um aspecto inteiramente novo no Nordeste com a criação das chamadas “ligas camponesas” (Camargo, 1973). Isso mesmo não era por si um fenômeno facilmente explicável. Furtado (1964b: 143-147) sugeriu ter a ver com o fato de nos anos 50 a

² Na verdade a expressão “Centro-Sul” esconde diferenças importantes. Esse processo de fechamento de fábricas não se restringiu ao Nordeste e foi importante, por exemplo, no Estado do Rio de Janeiro. Interessante como a euforia do desenvolvimento faz passar quase despercebida essa forma de “desindustrialização” de muitas áreas do país. Aparentemente esse processo é acompanhado de uma “desproletarização”, o incremento da produção para o autoconsumo, uma desmonetização parcial da economia e novas formas de produção camponesa, além da migração para outras áreas.

produção açucareira estar se expandindo, devido a condições favoráveis de mercado, levando, conseqüentemente, à expansão dos canaviais, tomando terras marginais das *plantations* até então sendo usadas pela “agricultura de subsistência”. Como vimos, no entanto, essas expansões eram cíclicas e não haviam antes produzido tal reação. Conseqüentemente, deveria haver certos fatores adicionais operando.

Palmeira tem sugerido que esses novos fatores estavam ligados a transformações que se davam na estrutura da própria *plantation*. Aparentemente em meados dos anos 50, com a melhoria dos negócios, houve por um lado a tentativa de retomada da produção direta nos casos em que essa havia se interrompido a partir de 1929, e por outro o início da substituição do sistema de *morador* por um sistema capitalista mais típico de força de trabalho livre. Em outras palavras: a repressão começou a ser levantada mesmo para a força de trabalho necessária à *plantation*, e não apenas para o seu excedente.

Obviamente isso é consistente com a nossa ideia da passagem gradual de um sistema de repressão da força de trabalho para um capitalismo autoritário³. Uma das razões imediatas para essa transformação parece ter sido indiretamente a ação do Estado, combinada com a ação dos próprios trabalhadores. A tentativa de tornar efetiva pela primeira vez a legislação trabalhista no campo, bem como a criação de uma legislação trabalhista especificamente para o campo, levou ao efeito paradoxal de tornar oneroso para o senhor de terras manter os seus trabalhadores como moradores dentro da propriedade; sobretudo porque com o auxílio de uma orientação externa os trabalhadores tornaram-se conscientes de seus “direitos”. Desenvolveu-se uma tendência no sentido de criar um contingente de trabalhadores livres que com o tempo superaria numericamente os tradicionais moradores. Assim, a tomada das terras marginais das *plantations* não representaria simplesmente uma expansão cíclica do cultivo da cana, mas também a expulsão definitiva das famílias

³ Fica claro pelo relato de Sigaud (Sigaud, a sair *a* e *b*) que os trabalhadores nas *plantations* não são inconscientes quanto à conexão entre a situação anterior e a atual (repressão da força de trabalho e capitalismo autoritário). A nova legislação que garante para eles certos direitos (tal como o salário mínimo) é vista como uma espécie de “presente” do *governo*, tal como antes o que recebiam do senhor de terras era também visto como “presentes”. Nessa medida parece-nos que os trabalhadores refletem ideologicamente a contínua lógica autoritária subjacente ao sistema, juntamente com a mudança no *locus* principal da dominância política.

de moradores pelos proprietários de terras a fim de evitar as obrigações (salário mínimo, limitação de horas de trabalho etc.) da legislação trabalhista. Muitas dessas famílias encontravam-se na terra há mais de uma geração, e jamais haviam sido afetadas dessa maneira pela expansão do cultivo da cana-de-açúcar.

Isso parece ser uma ocorrência decisiva que marca a passagem da *plantation* enquanto modo de produção distinto. Todavia, ainda não havia se completado em 1958-59 e é difícil saber até que ponto as tensões geradas tiveram a ver com a criação da SUDENE.

O fato permanece que a SUDENE representou a primeira tentativa de uma transformação global e sistemática do Nordeste. Talvez seja significativo para a nossa concepção do desenvolvimento capitalista autoritário que o relato que faz Hirschman (1963) desse processo, o qual começa apontando Furtado como o protótipo de um reformador liberal estilo Aliança para o Progresso batalhando num meio tradicional e subdesenvolvido, termina, paradoxalmente, fazendo paralelos com Necker e Stolipin (1963: 274-75)⁴.

É interessante apresentar brevemente as principais linhas de ação propostas pela SUDENE. Eis como Hirschman (1963: 75) resume o raciocínio de Furtado⁵:

O Nordeste necessita um novo centro de crescimento e investimento. O crescimento que tem havido tem sido devido a produtos de exportação, como o açúcar e o algodão, e o livre acesso ao Centro-Sul em rápido crescimento torna o aparecimento de novas “exportações” dinâmicas concebível. Mas para tirar partido dessas oportunidades, o Nordeste precisa valer-se da sua principal vantagem comparativa, i. e., a mão-de-obra barata. O uso pleno dessa possibilidade através de uma industrialização estilo Japão ou Porto Rico é freado pelo alto preço dos alimentos. Isto por sua vez é

causado por uma oferta de alimentos localmente produzidos que não só é instável devido às secas, mas é inadequado, inelástico e sobrecarregado por custos de transporte e outros desnecessariamente altos mesmo em tempos normais.

A natureza geral desse diagnóstico então permitiu a Furtado avançar em três direções. Primeiro, obviamente, as águas represadas dos açudes deveriam ser utilizadas para a irrigação de tal maneira que as bacias irrigadas se tornassem uma reserva alimentar permanente para o sertão; segundo, dever-se-ia levar adiante uma colonização organizada nas terras úmidas e florestas tropicais do vizinho Estado do Maranhão; e finalmente, para Leste, um esforço significativo deveria ser feito para alcançar-se uma melhor utilização da terra mais rica do Nordeste, a zona da mata ao longo da costa atlântica.

* * *

É interessante notar que após quase duas décadas desde que foi redigido este relatório e de mais de uma década de um regime que exilou Furtado e deveria ser radicalmente contrário à política anterior, as principais linhas da política – a não ser por diferenças de ênfase – não são tão diferentes do que era então proposto. A principal adição (embora, significativamente, utilizando legislação aprovada antes de 1964) tem sido a concessão de benefícios tributários a fim de estimular as indústrias do Centro-Sul a abrir filiais no Nordeste. Aparentemente, nos quadros do capitalismo autoritário as alternativas não são muitas.

É importante notar que Furtado não propunha uma reforma agrária radical. Propunha *combinar a modernização das partes ocupadas do Nordeste com a expansão da fronteira agrícola no Maranhão*. Uma analogia com a política de Stolipin é assim flagrante, não apenas em termos gerais, como coloca Hirschman, mas bem concretamente.

Uma das principais diferenças em ênfase perceptíveis nos últimos anos, comparando com a proposta inicial de Furtado, é que a expansão da *fronteira* tem tido um destaque maior. Na verdade, não se fala mais apenas do Maranhão, que ainda pode ser considerado uma extensão do Nordeste e está incluído na jurisdição da SUDENE. Agora, trata-se de *toda a Amazônia* que é cogitada, sobretudo a partir de 1970. Isso, por sinal, representa uma espécie de empalidecimento do planejamento regional – anunciado nos anos 60 como um avanço formidável nos programas de desenvolvimento – em

⁴ A analogia só é posta em termos gerais. Todavia, trata-se da única comparação dessa natureza que pelo que temos conhecimento foi feita para o Brasil. No caso de Furtado pode valer a pena acentuar que o papel por ele desempenhado deve ser analisado dentro do contexto da situação objetiva na época e não em relação a convicções pessoais. A posição de Furtado no governo até 1964 prestar-se-ia a uma análise extremamente interessante da situação de um cientista social altamente qualificado num contexto capitalista autoritário.

⁵ Em Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1959.

favor de uma espécie de perspectiva suprarregional “integrada”, em que o Estado afirma a sua posição central organizatória.

A ênfase maior na expansão da *fronteira* tem vindo de mãos dadas com o desapontamento acerca das possibilidades de transformações regionais *per se* serem capazes de solucionar os “problemas sociais” do Nordeste, ainda considerado uma região politicamente sensível e, segundo o Polonordeste de 1974, “o maior e mais resistente bolsão de pobreza e atraso relativo do país, talvez mesmo de toda a América Latina”. Foi esse o caso, por exemplo, da industrialização através dos benefícios fiscais, apesar do fato dos interesses regionais dominantes insistirem em que deva continuar a ter- prioridade sobre quaisquer mudanças extensivas no campo. Tem sido também o caso da irrigação, que tem se mostrado muito dispendiosa para servir como uma solução generalizável e é agora vista como uma possibilidade apenas para projetos específicos.

Acima de tudo tem sido o caso com a modernização do cinturão açucareiro. Importantes transformações têm ocorrido, mas o seu efeito espontâneo tem sido o de liberar a força de trabalho e reduzir a sua necessidade. Como mencionamos, isso parece estar na origem das chamadas “ligas camponesas” e o mesmo pode ser dito dos sindicatos rurais aparecidos posteriormente. Deve-se notar que apesar dos sindicatos rurais serem um fenômeno novo no Nordeste, essas organizações têm se mostrado estarem entre as mais resistentes às atuais restrições ao seu funcionamento.

Camponeses, proletários, culaques e a fronteira

Como mencionamos na primeira parte deste trabalho, as análises de transformações capitalistas tendem a acentuar a tendência para a proletarianização que as acompanha. Todavia, além do fato de que no caso dos trabalhadores da *plantation* (que não são camponeses) é difícil saber o que significaria “proletarianização”⁶, as últimas ocorrências no cinturão açucareiro

⁶ Em outros momentos críticos, tais como o da abolição da escravidão e o da introdução da inovação tecnológica representada pela usina no começo do século, já havia autores que tendiam a ver a pura e simples “proletarianização” como o resultado. No entanto, como lembra Palmeira (1969), embora nesses dois casos importantes ajustamentos tenham se operado (no segundo caso sobretudo com a transformação de muitas *plantations* em fornecedores de cana para as usinas) isso não parece ter desmontado os principais mecanismos sociais internos à *plantation*.

nordestino apresentam um quadro bastante complexo que não se restringe a uma única tendência uniforme. Um grupo de pesquisadores do PPGAS tem se dedicado ao estudo da *plantation* e dos seus desdobramentos, na zona da mata de Pernambuco. De acordo com o que têm observado (Palmeira e outros, 1972) a transformação capitalista da *plantation* e o gradual desaparecimento do seu típico morador tem sido seguida pelo aparecimento *simultâneo* de um proletariado rural e de um campesinato.

A força de trabalho expulsa das *plantations* tem se concentrado nas pequenas cidades e vilas que costumavam ser um traço secundário da zona da mata diante das *plantations* dominantes. Essas cidades e vilas têm assim crescido consideravelmente. Os trabalhadores que ainda trabalham nas *plantations* tendem cada vez mais a morar nas cidades e vilas⁷. São em geral contratados por curtos períodos e sem nenhum vínculo empregatício regular, frequentemente sendo pagos não por tempo de trabalho, mas por tarefa e através de um intermediário. Muitos daqueles que costumavam ter um pequeno lote onde plantavam para o seu autoconsumo dentro das *plantations* já não os têm.

Consequentemente, surgiu um certo mercado para produtos alimentares entre esses trabalhadores agora concentrados nas cidades e vilas que ainda trabalham nas *plantations* mas que perderam os seus lotes familiares. O crescimento das cidades e vilas estimulou o crescimento de um pequeno comércio que tende a afetar a organização mesmo das próprias *plantations*, interferindo nos preços monopolísticos que costumavam ser cobrados nos barracões.

Essas ocorrências, por sua vez, estimularam o aparecimento de *pequenos camponeses* que vendem o seu produto nos mercados e feiras locais. Esses pequenos camponeses são em geral ex-moradores e foreiros que de uma maneira ou de outra conseguiram manter ou adquirir um pequeno lote de terra; por exemplo devido à venda de terras marginais das *plantations* ou pela venda e divisão ‘de *plantations* inteiras (o que já vinha ocorrendo desde o período adverso entre 1929 e a Segunda Guerra

⁷ Como esse fenômeno não se restringe ao Nordeste (englobando, por exemplo, os chamados *bóias-frias* de São Paulo) pode ser parcialmente responsável pelo aparente incremento em produtividade que tem sido sugerido pelo declínio relativo da população rural registrada pelo censo de 1970. Essas pessoas são agora registradas como moradores urbanos, embora continuem a trabalhar no campo.

Mundial) . Esse fenômeno observado pelos pesquisadores do PPGAS é extremamente interessante para os nossos propósitos porque juntamente com o desenvolvimento capitalista, dá-se o aparecimento de um campesinato no cinturão açucareiro. Os lotes dos camponeses, no entanto, são muito pequenos, raramente excedendo três hectares, e ao que parece a legislação governamental tende a impedir o desdobramento do fenômeno.

De acordo com o diagnóstico oficial o problema básico do campo brasileiro em geral e do Nordeste em particular seria o predomínio combinado de “latifúndios” e “minifúndios”. Esses pequenos lotes são considerados minifúndios, pois se supõe (de fora) que são incapazes de manter uma unidade familiar. Consequentemente, a venda e compra desses pequenos lotes tem sido proibida.

O governo pretende acabar com a predominância de latifúndios e minifúndios pela criação de grandes e médias “empresas rurais”, como que transferindo o modelo industrial para o campo.

Uma das diferenças de ênfase que se produziu nos anos que se seguiram ao relatório Furtado é que além do interesse em produtividade e na produção de alimentos (inclusive para exportação), o puro e simples problema do que fazer com a população “excedente” tornou-se mais agudo. O cinturão açucareiro – com a densidade demográfica excepcional para o Brasil de 150 habitantes por quilômetro quadrado – é considerado a zona mais crítica em termos de “tensões sociais”. É provável, no entanto, e em contraste com o ponto de vista prevalecente, que as tensões sociais estão aumentando não apenas em face da densidade demográfica, mas como consequência das transformações recentes nas *plantations* que indicamos.

Apesar de toda a sucessão de planos que parecem substituir-se uns aos outros, percebe-se através de todos eles consistir a estratégia governamental para o Brasil como um todo e o cinturão açucareiro nordestino em particular, em reduzir a população “excedente”. Na ausência de uma política de controle da natalidade, isso deverá ser feito através de dois movimentos concomitantes e complementares:

1. a criação de “empresas rurais”;
2. a transferência de população para a Amazônia.

O primeiro item dessa política apareceu claramente nos recentes Proterra (1973) e Polonordeste (1974). A criação de empresas rurais refere-se por um lado à modernização dos latifúndios e por outro à criação de uma espécie de camada de culaques. Em ambos os casos, supõe-se que isso aumentará a oferta de empregos. Todavia, já na época do lançamento do Proterra o Presidente do INCRA declarava que supondo uma família média de cinco membros, haveria somente na Zona da Mata nordestina 30 famílias por quilômetro quadrado. Dessas, segundo ele, somente quatro poderiam ser empregadas localmente, sobrando portanto 26. (*Jornal do Brasil*, 4/2/1973: 26). Os resultados modestos desse programa só fazem acentuar os seus limites.

Importantes transformações estão se processando no Nordeste, tanto “espontâneas” quanto patrocinadas oficialmente. No entanto, dentro das atuais possibilidades do capitalismo autoritário estão severamente restringidas em termos de ajudar a encontrar amplas soluções para os “problemas sociais” regionais. O fato de existir a alternativa de um movimento de *fronteira* reduz a necessidade de medidas mais “radicais” nas zonas ocupadas, as quais antagonizariam frontalmente a classe dominante.

A migração para o Centro-Sul também não é considerada desejável. A indústria intensiva de capital que tem se instalado nos últimos anos (e o fechamento ou transformação de indústrias “tradicionais”) não está levando a um aumento significativo do número de empregos, particularmente para a mão-de-obra não-qualificada. A Amazônia é vista como sendo a solução, mesmo quando se teme, tal como na Rússia de Stolipin, aumentar demasiadamente esse movimento.

A estratégia geral, continua a ser *transformações agrárias mais colonização de terras novas*, mas o segundo elemento da combinação (apesar de certas reações episódicas que buscam fazer com que não seja absolutizado) tende a aumentar em importância. Esse é particularmente o caso, embora não seja admitido, porque as transformações agrárias poderão *aumentar* o excedente populacional, ao invés de reduzi-lo, como o preço a ser pago pela modernização no interior de uma estrutura autoritária em que as transformações, do ponto de vista da massa rural, só poderão beneficiar uma camada restrita de camponeses privilegiados. Isso é particularmente crítico devido à tendência já existente para a expulsão de moradores e para o aparecimento de um pequeno campesinato ameaçado. O mesmo pode ser

dito dos projetos de irrigação, e é extremamente interessante como que uma perspectiva comparativa esclarece como a lógica de uma situação leva a políticas que são vistas como sendo originais mas que são, de fato, forçadas pela situação. A passagem do sistema de morador e dos minifúndios são uma espécie de “equivalente funcional” da disrupção da comunidade camponesa na Rússia, que levou a um avanço dos culaques internamente e a um movimento de massas camponesas na direção da Sibéria. Se considerarmos os minifúndios como uma consequência da *plantation*, em termos de modos de produção os dois casos são extremamente diferentes. Mas em outro nível de análise, em termos da articulação entre o político e o econômico (as *formas de dominação*), compartilham o fato básico de que *ambos são sistemas de repressão da força de trabalho e a sua dissolução leva a resultados que se manifestam no interior de um quadro capitalista autoritário*.

Inicialmente pensava-se que a migração seria o caso sobretudo para os trabalhadores no interior do Nordeste, a fim de reduzir o volume de mão-de-obra que sazonalmente (hoje com menos frequência) ou durante as secas dirigia-se para o cinturão açucareiro, contribuindo para comprimir os salários e reduzir o estímulo à mudança. Isso era pensado também como uma maneira de encontrar soluções para os problemas do próprio interior. Todavia, parece agora que mesmo parte da população do cinturão açucareiro deve ser removida, particularmente em face do diagnóstico oficial dos minifúndios como sendo indesejáveis. Mesmo certas aparentes voltas atrás (como no Polonordeste) em que se insiste na tentativa de criar empregos no próprio Nordeste, parecem mais um ensaio de busca de um equilíbrio entre os dois pólos da política, exatamente em face do receio de que o impulso ao avanço para a Amazônia, tendo se mostrado mais poderoso do que era esperado, possa prejudicar os demais planos do governo para a região e assustar a classe dominante nordestina com a perda de sua mão-de-obra e o abandono do “desenvolvimento regional”.

Eis como foi visto o problema em termos do Nordeste como um todo num estudo realizado por um grupo de pesquisadores do IPEA (Porto Tavares e outros, 1972: 121-123) que antecipou a plena evidência concreta dos limites e consequências de uma transformação agrária no Nordeste:

A partir do cadastro do IBRA de 1967, baseando-se nos dados referentes à área utilizada e número de famílias presentes, estimou-se

em 1.300.000 o número de famílias subempregadas no setor agrícola (...)

Esse excedente poderia ser reduzido dentro da própria área cadastrada caso se fizesse: redistribuição de gente das zonas fisiográficas com excesso de população para as que têm *déficit*; reforma agrária nas zonas já definidas como prioritárias; e irrigação dos 700.000 hectares que se prestam a isso na região. Com essas medidas e de acordo ainda com os cálculos elaborados pelos técnicos da SUDENE, o excedente que deveria ser aproveitado fora da área cadastrada se reduziria para 869.000 famílias.

Buscando-se soluções para o subemprego fora da área cadastrada, mas, ainda *dentro do próprio setor agrícola do Nordeste*, sugeriu-se mais uma vez (como o GTDN em 1958/59), que essa população deveria emigrar para as áreas ainda livres da região – as terras devolutas do Maranhão, Piauí e Bahia. Entretanto, estimativas do Departamento de Agricultura e Abastecimento da SUDENE mostram que a disponibilidade de terras livres nesses Estados não seria suficiente para atender a um número superior a 560.000 famílias. Isso significa que mesmo adotando todas as medidas acima mencionadas – com relação à reforma agrária, à irrigação dos 700.000 hectares e à colonização orientada das áreas livres da região – ainda assim, haveria um excedente de 309.000 famílias para serem absorvidas fora do setor primário da região ou em outras regiões do País.

É importante observar, porém, que a redução de famílias subempregadas implica esgotar as possibilidades de elevação do nível de ocupação existente no Nordeste, ou seja, em adotar todas as medidas acima apontadas: reforma agrária, ocupação de áreas ainda livres e irrigação. E como diz Múcio Souto Maior, são muitas as “dificuldades de toda sorte que enfrenta o poder público para empreender obra de tamanha envergadura”. Basta lembrar que apesar de uma área potencial irrigável de 700.000 hectares, foi previsto no Plano de Integração Nacional o aproveitamento de 134.000 ha nos próximos cinco anos, e isso devido às dificuldades técnicas e financeiras que acompanham a execução de programas dessa natureza. A expansão de melhores tecnologias por essa enorme população de agricultores tradicionais também é, como se sabe, obra impossível de ser alcançada num período curto de tempo. E para o caso da Reforma Agrária, tem-se de considerar as resistências a serem enfrentadas, uma vez que a estrutura do poder político na região ainda tem suas bases assentadas no prestígio econômico das

grandes propriedades rurais. Como empreendimento de maiores possibilidades, temos apenas a colonização de áreas livres (...)

Os cálculos e as considerações acima levam-nos a admitir que a solução do problema de emprego da agricultura do Nordeste terá que ser equacionada tendo em vista as possibilidades de colonização na área amazônica. Em vista do exposto, por melhor que se aproveitem as possibilidades de se elevar o nível de ocupação na região agrícola do Nordeste, ainda haverá um excedente de 309.000 famílias que deverá encontrar ocupação em outras áreas do país. E como são muitas as dificuldades para se adotarem eficazmente as medidas acima discutidas, é seguro concluir-se que não são apenas as 309.000 famílias acima mencionadas, mas que grande parte das 1.300.000 famílias subempregadas do setor agrícola do Nordeste terá que procurar plena ocupação agrícola fora do Nordeste. E, nesse caso, é a colonização dirigida na Amazônia que oferece maiores possibilidades de absorver essa população subempregada.

No fundo o que é mais significativo nos últimos planos governamentais em relação ao Nordeste é a limitação relativa, não a ampliação, da área de ação a que se propõe o governo na região, bem como ter deixado claro que do ponto de vista do governo o movimento migratório, apesar dos possíveis riscos, deve dirigir-se para a Amazônia, não para o Centro-Sul. Apesar das aparências e das mudanças de ênfase e de forma, as alternativas não são muitas, e acaba por haver uma certa continuidade mais profunda para além do que é episódico nos diversos planos que se sucedem. Isso inclusive porque acabam sendo obrigados a adaptar-se a movimentos que embora produtos da lógica do desenvolvimento capitalista autoritário, independem desses planos.

O recente processo global de transformações capitalistas autoritárias no Brasil rural e urbano parece ter aberto a possibilidade e a necessidade de uma ocupação permanente da Amazônia. Iremos agora discutir isso em maior detalhe.